

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA INDÍGENA MAUREHI PARA  
O FORTALECIMENTO SOCIOCULTURAL DO POVO KARAJÁ  
DE ARUANÃ/GOIÁS**

**THE CONTRIBUTIONS OF THE MAUREHI INDIGENOUS  
SCHOOL FOR THE SOCIOCULTURAL STRENGTHENING OF  
THE KARAJÁ PEOPLE FROM ARUANÃ /GOIÁS**

**LAS CONTRIBUCIONES DE LA ESCUELA INDÍGENA MAUREHI  
AL FORTALECIMIENTO SOCIOCULTURAL DEL PUEBLO  
KARAJÁ DE ARUANÃ / GOIÁS**

**Manoel Lino de Carvalho Netto**

Graduado no Curso de História, UEG – Universidade Estadual de Goiás,  
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás/GO.  
nettomanelino@outlook.com

**Lorraine Gomes da Silva**

Docente do Curso de Geografia, UEG - Universidade Estadual de Goiás,  
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás / GO.  
lorrannegomes@gmail.com

**Amanda Alves Borges**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo - Universidade de São Paulo,  
Campus USP Leste, São Paulo/SP.  
amanda.borges@usp.br

**Joannes de Souza Medrado**

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo,  
Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás/GO.  
joannessouza@hotmail.com

**Resumo:** Dados do IBGE (2020) informam que o povo Karajá soma aproximadamente 4326 indígenas e vivem em cerca de 29 aldeias espalhadas ao longo do vale do rio Araguaia e afluentes. O objetivo da presente investigação foi identificar as contribuições da Escola Indígena *Maurehi* para o fortalecimento sociocultural do povo Karajá que vive no Estado de Goiás, cidade de Aruanã. Quais são os desafios para uma Educação Escolar Indígena no Brasil no Século XXI? foi uma das questões basilares. Os procedimentos metodológicos se compuseram de levantamento bibliográfico, trabalho de campo, rodas de conversas com a comunidade escolar e entrevistas. Constatou-se que a Escola Indígena *Maurehi* é um grande avanço para o povo Karajá, portanto, como a educação brasileira e tantas outras escolas nesse país, enfrentam desafios que vão desde investimentos básicos para o funcionamento adequado até autonomia na gestão do modelo de educação e da escola. Ausência de investimentos e políticas públicas eficientes para a escola *Maurehi* afasta os indígenas para escolas fora da aldeia onde tem melhores estruturas. É necessário e urgente que o Estado ofereça condições das teorias se concretizarem na prática, já que isso é direito desse povo.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Povo Karajá. Fortalecimento Sociocultural. Impactos do turismo.

**Abstract:** IBGE data (2020) inform the Karajá people has approximately 4326 indigenous people and live in about 29 villages spread along the Araguaia River valley and tributaries. The objective of the present investigation was identified as contributions by the Maurehi Indigenous School to the sociocultural strengthening of the Karajá people who live in the State of Goiás, city of Aruanã. What are the challenges for Indigenous School Education in Brazil in the 21st Century? it was one of the basic questions. Methodological procedures consisted of a bibliographic survey; fieldwork, conversations with the school community and interviews. It was concluded that a Maurehi Indigenous School is a great advance for the Karajá people, therefore, how Brazilian education and so many other schools in that country, face challenges ranging from basic investments for proper functioning to the management of the education and school model. Lack of investments and efficient public policies for the Maurehi school turns the Indigenous away from schools to the village where they have better structures. It is necessary and urgent that the State offer the conditions of the theories to materialize in practice, since this is the right of this people.

**Keywords:** Indigenous School Education. Karajá People. Sociocultural strengthening. Tourism impacts.

**Resumen:** Datos del IBGE (2020) informan que el pueblo Karajá suma aproximadamente 4326 indígenas y vive en aproximadamente 29 pueblos repartidos a lo largo del valle y afluentes del río Araguaia. El objetivo de esta investigación fue identificar los aportes de la Escuela Indígena Maurehi al fortalecimiento sociocultural del pueblo Karajá que vive en el Estado de Goiás, ciudad de Aruanã. ¿Cuáles son los desafíos para la educación escolar indígena en Brasil en el siglo XXI? fue una de las preguntas básicas. Los procedimientos metodológicos consistieron en un estudio bibliográfico, trabajo de campo, charlas con la comunidad escolar y entrevistas. Se encontró que la Escuela Indígena Maurehi es un gran avance para el pueblo Karajá, por lo tanto, cómo la educación brasileña y tantas otras escuelas en ese país, enfrentan desafíos que van desde inversiones básicas para el buen funcionamiento hasta la autonomía en la gestión del modelo educativo y escolar. La falta de inversiones y políticas públicas eficientes para la escuela Maurehi aleja a los indígenas de las escuelas fuera del pueblo donde tienen mejores estructuras. Es necesario y urgente que el Estado ofrezca condiciones para que las teorías se materialicen en la práctica, ya que este es un derecho de este pueblo.

**Palabras-claves:** Educación escolar indígena. Pueblo Karajá. Fortalecimiento sociocultural. Impactos del turismo.

## Introdução

O objetivo dessa pesquisa foi identificar as contribuições da Escola Indígena *Maurehi* para o fortalecimento sociocultural do povo Karajá que vive no Estado de Goiás, município de Aruanã.

Entre as questões basilares destaca-se: Qual a proposta de educação da Escola Indígena *Maurehi*? Como o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi elaborado? Quais os princípios norteadores? A prática educacional e pedagógica é coerente com a proposta do PPP? Quais as contribuições da Escola Indígena *Maurehi* para o fortalecimento sociocultural do povo Karajá?

Esta pesquisa foi iniciada em 2018, prosseguindo em 2019 e atualizada em 2020. Trabalhos de campo na aldeia, observações de aulas, rodas de conversas e entrevistas com a comunidade escolar compuseram os procedimentos metodológicos. Em 2018

foram realizados 04 trabalhos de campo, com estadia de 07 dias cada um. Em 2019 foi realizado 01 trabalho de campo com estadia de 05 dias, e em 2020, os dados foram por telefone<sup>1</sup>, atualizados junto com algumas lideranças do povo Karajá.

Sabe-se que há poucos avanços no Brasil, nas propostas de Educação Escolar Indígena, desvinculadas às práticas inadequadas de um modelo hegemônico, homogêneo, conservador e que não respeita muitas vezes as diferenças e autonomias dos povos indígenas. Porém, a existência de escolas nas aldeias, traz novas possibilidades para pensar junto com os indígenas um modelo de educação intercultural, crítica e descolonizadora.

O artigo está organizado em três partes, primeiramente, são discutidos, na revisão teórica, temas sobre o povo indígena Karajá de Aruanã e a educação escolar indígena. Em segundo é discutido sobre as bases norteadores do PPP da Escola Indígena *Maurehi*. Por fim, são apresentados os resultados e discussões sobre as contribuições da escola para o fortalecimento sociocultural do povo Karajá de Aruanã.

### **Povo Karajá de Aruanã (GO)**

O povo indígena Karajá se autodenomina *Iny*, cujo significado é “nós”, “nós mesmos”. O nome Karajá é de origem Tupi, cujo significado aproxima-se de “macaco grande” (ISA, 2015). Dados do IBGE (2020), informam que o povo Karajá soma aproximadamente 4326 indígenas e vivem em cerca de 29 aldeias espalhadas ao longo do vale do rio Araguaia e afluentes.

De acordo com (PIMENTEL DA SILVA, 2009, p.17), “os Karajá pertencem ao tronco linguístico macro-jê e à família Karajá”. Segundo sua cosmologia, os Karajá surgiram do fundo das águas do rio Araguaia, o *Berohokỹ*, como é chamado em *Iny rybè*, a língua dos Karajá, Karajá Xambioá ou Karajá do Norte e Javaé, que são os dois outros povos que compõem a família Karajá, ou povos *Iny*.

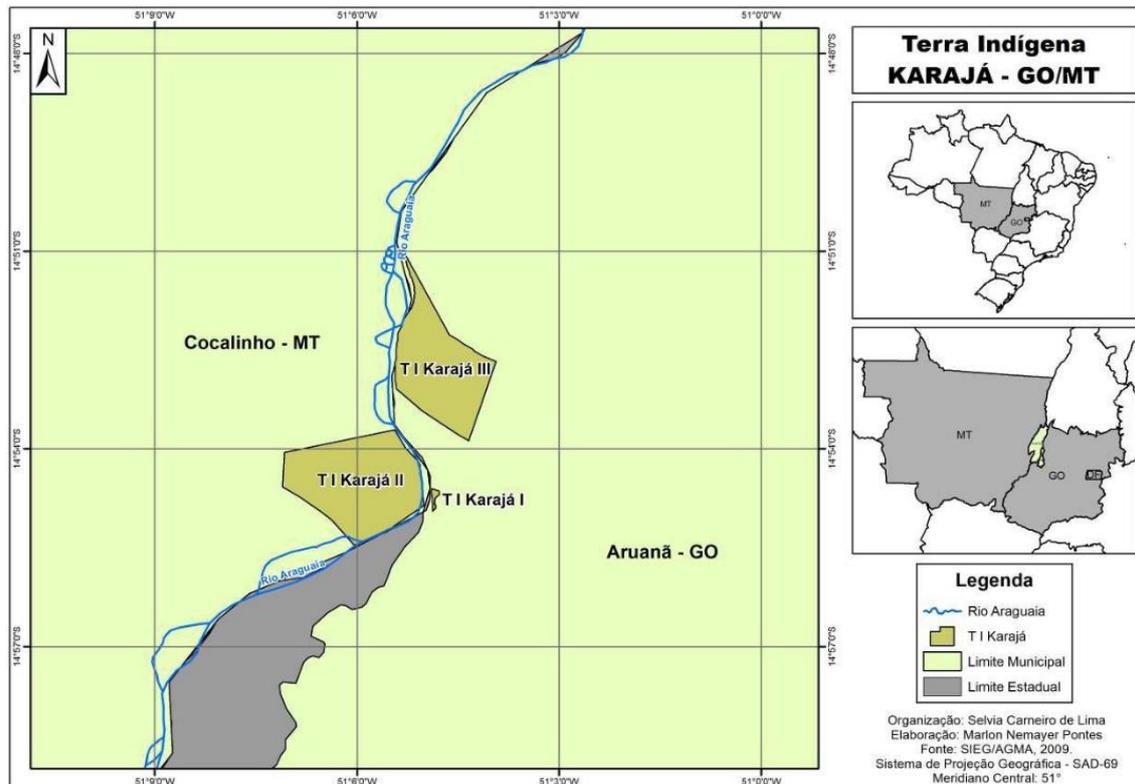
A presente pesquisa foi realizada com o povo Karajá que vive no Estado de Goiás, cidade de Aruanã. Para Rocha (2008) e Lima (2010) Aruanã, antiga Leopoldina, está localizada no encontro dos rios Vermelho e Araguaia, é considerada o portal do

---

<sup>1</sup> Devido a pandemia do Corona Vírus, a entrada em Terras Indígenas foi proibida no Brasil, por tempo indeterminado.

Araguaia. A Terra Indígena Karajá é composta por três áreas descontínuas, como mostra a Figura 01:

**Figura 01. Mapa da Terra Indígena Karajá**



Fonte: SIEG/AGMA (2019).

O povo Karajá de Aruanã de acordo com dados do Posto de Saúde Indígena de Aruanã (SESAI, 2020) somam, aproximadamente 293 pessoas, que 250 pessoas estão distribuídas nas duas aldeias, ambas estão localizadas no município de Aruanã. Uma denominada *Buridina* com 169 pessoas, localizada na Terra Indígena I, no centro da cidade a margem do rio Araguaia e a aldeia *BdèBure*, com 81 pessoas, localizada na Terra Indígena III, na extremidade norte da cidade. Há também por volta de 43 desaldeados. A Terra Indígena II que fica no estado do Mato Grosso, é apenas para caça, roça e coleta de matéria prima para fazer seus artesanatos.

Conforme Lima (2010), o Rio Araguaia é um dos elementos culturais principais para os Karajá, conforme o mito de origem, eles surgiram do fundo desse rio, portanto, representa o “útero”, para existência desse povo. Portanto, Silva (2010, p. 68) relata que:

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, não podem ser percebidos apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, pois representa uma identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

É justamente as funcionalidades do rio Araguaia para os indígenas e não indígenas, marco de diferentes usos e conflitos. Para os Karajá o rio é sagrado, a mãe progenitora da existência, moradia de parentes que outrora não saíram, base de sustento; para os não indígenas ele é produto de lazer, de pesca muitas vezes predatória – uma mercadoria do turismo local.

O turismo em Terras Indígenas tem crescido de forma significativa no Brasil. De acordo com Leal (2007). Aruanã é um município de Goiás com potencial turístico enorme, em períodos de alta temporada (de junho a setembro) a cidade já recebeu conforme o Centro de Turismo de Aruanã (CAT), cerca de 150 mil pessoas. A formação de praias, promove inúmeros acampamentos, bares, barcos flutuantes, entre outras atividades (figuras 2, 3 e 4). Segundo Santos (2013), a cidade de Aruanã está inserida na Região Turística Vale do Araguaia.

**Figuras 2, 3 e 4. Atividade comercial pelos *tori* na alta temporada**





Fonte: trabalho de campo (2019).

Nas fotografias mostra como é desenvolvido o turismo na cidade de Aruanã, de junho a setembro de como é utilizado o rio Araguaia pelos não indígenas. Na Figura 2 os *tori*<sup>2</sup> com seus barcos estão a espera da caminhada ecológica que na qual chegada é na cidade de Aruanã e o rio e o ponto final. Já na foto 3 e 4 mostra os acampamentos de comércio e lazer dos *tori* na terra indígena II.

Esse aumento demográfico na alta temporada no município de Aruanã, que conforme dados do IBGE (2020), estima uma população de 10 mil pessoas, traz mudanças, impactos e prejuízos de várias ordens, para a cidade (lixo; aumento da procura exagerada de alimentos, combustíveis, água; aumento da criminalidade e violência, entre outros), no ambiente (pesca predatória; caça ilegal; lixo nas praias e no rio, entre outros) e para o povo Karajá que não foi inserido de forma adequada nas atividades turística que chegam até suas casas (drogas; suicídio; doenças; alcoolismo; prostituição; entre outros). Por outro lado, a venda do artesanato indígena para os turistas alimenta muitas famílias.

Além dos problemas evidenciados, a intensa atividade da pecuária no entorno do território Karajá promove pressão e adentramento na Terra Indígena do povo Karajá, isso tem provocado historicamente a diminuição das áreas. De acordo com os dados do Atlas do Estado de Goiás (2018), a pecuária é altamente expressiva e posiciona o estado entre os maiores produtores do país.

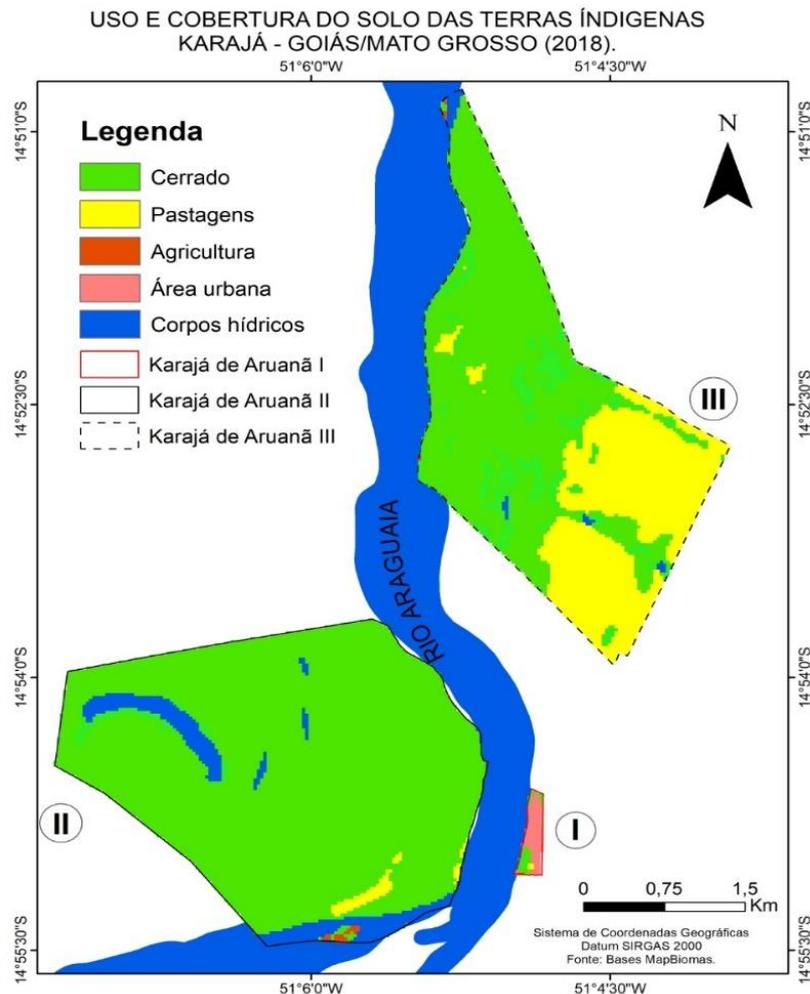
O rebanho bovino é o 2º no ranking brasileiro e é formado por 22,8 milhões de cabeças, com participação de 10,6% no efetivo nacional. O município com maior

---

<sup>2</sup> Tori: Essa pronúncia é denominado pelos Karajá em sua língua como “não indígena”.

quantidade de bovinos é Nova Crixás, contando com um rebanho de 752.900 cabeças, o município de Aruanã tem dados expressivos com mais de 300 mil cabeças de gado. A presença da pecuária na Terra Indígena do povo Karajá, sobretudo, na área III, pode ser vista na Figura 5, que cartografou o uso do solo:

**Figura 5. Presença da pecuária na Terra Indígena Karajá**



Fonte: bases MapBiomias (2000).

Assim como inúmeros povos indígenas do Brasil sofrem pressão em seus territórios pelas atividades do agronegócio, mineração, rodovias, ferrovias, madeireiros, posseiros, garimpo, entre outras atividades de lógica capitalista que preza o lucro – a natureza enquanto mercadoria, o povo Karajá sofre pressão em seu território do turismo e pecuária. Essas atividades desenvolvidas de forma inadequadas em Terras Indígenas,

tem desapropriado esses povos de suas terras, matando os ambientes, modificando práticas culturais milenares e os deixando vulneráveis.

Nesse contexto, acredita-se que a Educação Escolar Indígena, elaborada, proposta e executada pelos indígenas, é um elemento essencial para o fortalecimento linguístico, identitário e sociocultural dos povos indígenas. O texto que segue irá apresentar a Escola Indígena *Maurehi* e as bases norteadoras do Projeto Político Pedagógico (PPP).

### **Escola Indígena *Maurehi*: bases norteadoras do PPP**

A Escola Estadual Indígena *Maurehi*, criada em 1994, está localizada na aldeia *Buridina*<sup>3</sup> (Figura 6).

**Figura 6. Escola Estadual Indígena *Maurehi***



Fonte: trabalho de campo (2018).

A escola atende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos (6º e 9º anos), e o ensino integral previsto no PPP nunca se concretizou. É mantida pelo Poder Público Estadual e administrada pela Secretaria de Estado da Educação, jurisdicionada a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás.

A Escola Indígena *Maurehi* faz parte das ações do Projeto de Educação e Cultura Indígena Karajá. O referido projeto tem por objetivo a revitalização da língua e da cultura Karajá, como também a documentação dessa língua e dos saberes Karajá e a

---

<sup>3</sup> Apesar de duas aldeias, só há uma escola para os Karajá, que fica na aldeia *Buridina*. Portanto, há um processo de luta para que se construa outra escola na aldeia *BdèBure*.

melhoria de vida desses indígenas. Esse projeto é resultado de uma ação conjunta entre a Universidade Federal de Goiás, Fundação Nacional do Índio e a Secretaria da Educação do Estado de Goiás.

A Escola Indígena *Maurehi* nasce do desejo do cacique *Maurehi*, quando ele se tornou liderança forte de *Buridina*. O cacique já falecido era pai do atual cacique e defendia o ensino baseado no programa de fortalecimento da língua e da cultura Karajá, como ele mesmo afirmou: “não quero que minha língua desapareça em minha comunidade”.

Nessa perspectiva, o ensino realizado durante esses anos na Escola *Maurehi* fundamenta-se no uso formal e informal da língua *Iny Rybè*, ou seja, nos discursos utilizados nos espaços especializados como a própria escola e nos espaços do cotidiano (nas ruas, entre amigos, na própria família indígena). Todas as atividades promovidas na escola, ou por ela realizadas, têm buscado a reconstituição das esferas tradicionais de uso dessa língua e de produção da arte Karajá em *Buridina*.

A infraestrutura disponível da Escola *Maurehi*, para o funcionamento, é da Educação Infantil, do Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano no período matutino e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da 1ª e da 2ª Etapas no período noturno, na Escola Estadual Indígena *Maurehi*, é de quatro salas de aula, uma área de lazer coberta, cinco banheiros, uma cantina e uma pequena biblioteca, onde funciona a secretaria, sendo necessário ampliar a cantina e a sala onde funciona o Laboratório de Informática.

Entre os alunos regularmente matriculados em 2020, de acordo com informação da Secretaria do Colégio Estadual Indígena *Maurehi* são: 65 alunos, no qual 32 alunos não indígenas, que cursam a EJA e Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano. E 33 alunos indígenas que destes somente 4 alunos cursão a EJA. As aulas acontecem de segunda a sexta-feira, sendo que todos os dias há estudos sobre a língua indígena. Às quartas e sextas-feiras, acontecem aulas de artesanato, cerâmica e danças realizadas pelos professores indígenas.

Doze dos quinze docentes são não indígenas, apenas três são indígenas. A unidade possui um diretor indígena, com formação no Ensino Médio, além de uma secretária não indígena licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Sobre isso o PPP ressalta que:

O objetivo maior de se construir um PPP contextualizado na realidade da comunidade é atender a demanda de seus habitantes. Os professores indígenas já encontraram um caminho como articular o conhecimento dos Iny/Karajá com os conhecimentos dos não indígenas (PPP, p.10).

A escola pesquisada não possui brinquedos ou material pedagógico que os alunos possam usar nos momentos de intervalo das aulas. Assim, a “hora do recreio” é o momento em que os alunos ficam livres para a socialização no ambiente externo das salas de aula.

De acordo com uma funcionária da escola, a merenda escolar é fornecida aos alunos porque a prefeitura e alguns comerciantes locais fazem doação de alimentos que compõem o cardápio não indígena. Esse fato demonstra mais uma vez a ausência da Secretaria Estadual de Educação no que tange à merenda escolar. Por essa razão, muitos pais de alunos indígenas preferem que seus filhos sejam matriculados e estudem em escolas fora da Aldeia *Buridina* em busca de melhores estruturas físicas e pedagógicas. Uma liderança indígena destacou que as brigas internas entre famílias e lideranças Karajá é também motivo do afastamento dos próprios Karajá da escola indígena.

Apesar dos desafios e problemas evidenciados as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, definidas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) preconizam que “o direito das comunidades indígenas de participarem ativamente da elaboração e implementação de políticas públicas a elas dirigidas (...) coaduna-se com os preceitos que regulamentam o direito à educação escolar diferenciada”. (PARECER CNE/CEB n. 13/2012).

Foi justamente nessa base que a proposta pedagógica da Escola *Maurehi*, construída com a participação da comunidade escolar do povo Karajá propõem no PPP:

Tem como intuito sair das estruturas fechadas e proporcionar aos estudantes condições de conviver com práticas educativas para além dos contextos da sala de aula, buscando agregar aos conhecimentos escolares, os saberes que se produzem na comunidade no qual a escola está inserida objetivando o convívio com territórios educativos da comunidade. Ou seja, o objetivo é interligar a proposta pedagógica da escola aos diversos espaços culturais em processos de vitalidade epistêmica. Assim, a educação integrada faz-se de maneira contextualizada. Isso convida a olhar o currículo na perspectiva da descolonização e valorização das culturas e saberes historicamente negados, invisibilizados e silenciados. (PPP, p. 05).

Para que isso de fato aconteça, é importante que o currículo seja integrado ao espaço escolar e espaços culturais desse povo, com a família e os mais velhos. O objetivo dessa integração é propiciar diferentes espaços de ensino aprendizagens e diálogos com diferentes saberes. Nesse contexto, a proposta de educação e importância dessa escola para os Karajá está pautada:

Na valorização das riquezas Iny que se encontram ameaçadas de desaparecer e, com ela, a maior parte do complexo cultural que caracteriza o saber desse povo. Muita ciência, muita arte, muitas sabedorias poderão desaparecer. (PPP, p. 10).

Para que a gestão do trabalho, ocorra de forma organizada, de acordo com a proposta apresentada no PPP da Escola *Maurehi*, e assegure o ensino adequado para os indígenas, há várias emergências a serem realizadas entre elas: a necessidade de reforma e ampliação dessa escola, prometida pelo Estado há mais de 10 anos e ainda não realizada; melhores condições de infraestrutura para a comunidade escolar e instalações adequadas; uma merenda escolar adequada a alimentação indígena; projetos para fortalecimento da língua e práticas culturais; cultivo de roça comunitária integrada com a escola; criar um espaço para armazenamento de sementes de plantas e frutos específicos da cultura *Iny*; materiais pedagógicos adequados; concurso para professores indígenas, entre outras. Isso com certeza fortaleceria a proposta de educação proposta pelo PPP.

### **As contribuições da Escola Indígena *Maurehi* para o fortalecimento sociocultural do Povo Karajá de Aruanã/Goiás**

Com uma matriz diferenciada e conteúdos específicos a proposta de Educação Escolar Indígena é bem clara no PPP, que prevê conhecimentos diferenciados que vão desde a dimensão política, educativa, ecológica, afetiva, aos regimentos próprios de tratamento familiar e de respeito às distintas lideranças. Uma matriz curricular pautada em matrizes sociais: família; organização social; Matriz Contextual Esporte, Lazer e Brincadeiras; Matriz Demanda Social; Matriz Manejo de Mundo. Sobre a Matriz Família, o PPP explicita que:

É na família que as crianças e jovens vão aprender a caçar, pescar, cantar, dançar, respeitar os rituais, como, por exemplo, os Ijasò e o Hetohokÿ. O modo de educação, a cultura, as histórias, as várias maneiras de usar a língua materna, e todos os outros saberes são aprendidos pelas crianças Iny na família. É na família também onde se aprendem os principais ensinamentos sobre arte (ritxoko, weriweri, canoa, flecha, arco, remo e outros), que se aprendem como tratar as pessoas na família e na comunidade. É na família que os jovens são orientados para vida na comunidade e fora dessa. O marco referencial aqui colocado é que a família é um autêntico contexto de ensino e aprendizagem, o qual permite à criança incorporar, de forma espontânea e feliz, habilidades e conhecimentos importantes para sua vida. A matriz família estabelece conexão com diversos contextos sociais, ambientais e comunitários (PPP, p. 20).

Em relação a Matriz Contextual Organização Social do povo Karajá é a articulação com as diferentes formas dessa organização com a comunidade escolar e em geral, valorizando os rituais, lideranças e os sábios como reconhecimento do conhecimento cultural. Sobre a Matriz Contextual Esporte, Lazer e Brincadeiras:

Reivindica uma educação que se preocupa com a saúde física, mental e cultural do povo Iny. Visa à contribuição do bem-estar da juventude e das crianças no plano individual e coletivo. Visa também aproveitar a riqueza esportiva. A brincadeira, por exemplo, é muito importante no desenvolvimento infantil, já que ela traz prazer e felicidade para as crianças, e também porque ela insere o indivíduo no complexo mundo das relações sociais, dos valores, comportamentos etc. O esporte pode contribuir com uma juventude mais sadia e feliz (PPP, p.22).

A Matriz Demanda Social, fala sobre o direito de uma Educação Escolar Indígena pela afirmação da identidade *Iny*, bem como:

Pela recuperação de sua memória histórica, pela valorização da língua materna e dos conhecimentos intraculturais e pela associação entre escola/comunidade/identidade, em conformidade com os projetos societários definidos autonomamente por cada comunidade é uma conquista que a escola deve promover. Entre os Iny são muitas as demandas: (1) cuidar da juventude; (2) fortalecer as atividades culturais; (3) adotar políticas linguísticas fortes; (4) manter a língua materna; (4) promover atividades extraescolares para os jovens e crianças; (5) desenvolver projetos de sustentabilidade econômica e comunitária; (6) promover cursos de demanda da juventude; (7) combater o alcoolismo entre os jovens; (8) valorizar o patrimônio cultural e os contextos de produção artística; (9) acessar conhecimentos importantes para o desenvolvimento de projetos comunitários sustentáveis; (10) dominar bem a língua portuguesa, etc. Nessa visão é importante que o PPP tenha como reivindicação uma matriz com o levantamento das demandas sociais (PPP, p.23/24).

Já a matriz manejo de mundo revela uma importante organização do *Iny*, articulando natureza, cultura e comunidade.

Na realidade, são revelações de vivências cotidianas e especializadas dos Iny ao longo do ciclo da vida humana; da natureza, no manejo apropriado dos peixes, dos animais, das aves, dos frutos; das atividades de pesca, caça e coleta; da proteção da natureza e do ser humano. Da espiritualidade (PPP. P. 25).

Esses entre outros saberes são desenvolvidos não como disciplinas, mas em temas contextuais como: criação de peixes; preparo da tartaruga; artesanatos e tarefas femininas; artesanatos e tarefas masculinas, entre outros.

O trabalho com tema contextual exige que o professor seja pesquisador, questionando sempre sua prática pedagógica, seus conhecimentos com a finalidade de melhorar sua ação docente e assim conseguir uma melhor aprendizagem de seus alunos. Uma visão integrada e globalizada dos fenômenos, como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas; elaboração de projetos; investigação do meio; aulas de campo; atividades artístico-culturais e desportivas, entre outras (PPP.p.31).

Na perspectiva apresentada tanto da matriz curricular, tanto dos temas contextuais, nota-se que o PPP garante uma educação específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e crítica.

A partir dos conhecimentos próprios, é possível trazer outros saberes necessários à formação dos alunos. Em linhas gerais, se queremos atuar além das salas de aulas, com atividades para a formação e educação das pessoas no contexto cultural, pode-se realizar interessantes trabalhos, como, por exemplo, a participação das alunas em contextos de trabalhos femininos de produção de ritxoo/ritxoko (bonecas de cerâmica) ou em outras atividades de educação e de aprendizado. Nessa direção, o foco passa do ensino para a aprendizagem, levando-se em conta a individualidade, o coletivo, o jeito de ser e de aprender dos Iny. Muda, também, o papel do educador em sua relação com o aluno: em vez de autoridade que sabe e ensina, passa a ser um instigador e orientador da produção de conhecimento que o aluno está realizando. Essa perspectiva pedagógica considera o aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; considera o viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. É claro que nessa visão educativa existe entre múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. Esse é o desejo de uma educação que visa: cuidar do planeta Terra, dos seres humanos, da cultura, do outro, da arte, do mundo, porque todos estão no mundo, com o outro e obviamente com o mundo. (PPP, p. 29)

Para os participantes da pesquisa, a Escola *Maurehi* ao desenvolver oficinas de artesanato e de estudo da língua materna indígena, contribui para o fortalecimento da identidade do povo *Iny*. Os professores e professoras consideram que mesmo diante aos

muitos desafios dessa escola, ela pode sim fortalecer e melhorar na perspectiva de ser mais adequada para os Karajá. Sobre o papel do município e da gestão pública para essa escola disse os participantes da pesquisa:

Como toda escola, essa precisa de muito apoio local, não é suficiente, se não teria nessa escola mais índio que branco. Falta professores indígenas, alimentação adequada, infraestrutura melhor, falta dinheiro para tudo, então é difícil fazer muitas coisas sem isso. Fazemos nossa parte, mas essa escola precisa melhorar (PROFESSOR ENTREVISTADO A).

A população indígena recebe atenção do poder público municipal somente em períodos de eleição, ainda que exista um trabalho focado no indígena para minimizar suas reais necessidades (PROFESSOR ENTREVISTADO B).

#### Sobre o PPP da Escola *Maurehi*:

A escola tem apoio da UFG sempre teve, o PPP foi demorado para escrever, e todos os Karajá pode dar sua opinião. Os professores também. Tem tudo que precisa nesse documento, mas nas aulas nem sempre é assim. Eu mesmo que não sou indígena fico insegura de falar algumas coisas, mesmo conhecendo os Karajá. Então, falta melhor formação para os professores (PROFESSORA ENTREVISTADA C).

#### Sobre a educação oferecida pela escola indígena:

Os alunos karajá tem que ter mais ensinamentos da forma que eles merecem, a escola local contribui para o fortalecimento da cultura do povo karajá por meio do estudo da língua falada *Iny-rybe*, da prática do artesanato, da contação de lendas e histórias com personagens míticos da cultura de seu povo. (PROFESSOR ENTREVISTADO D).

Apesar de tudo, a pedagogia da escola caminha na direção da manutenção da cultura e da identidade indígena na aldeia *Buridina* de Aruanã, de modo a garantir uma vivência de acordo com a cultura da etnia Karajá. (PROFESSOR ENTREVISTADO B)

A educação indígena Karajá da aldeia *Buridina* em Aruanã não recebe a mesma atenção dispensada às demais escolas locais: os investimentos recebidos do governo estadual pelas escolas são desiguais, e a escola indígena não recebe o quantitativo de verbas condizente com suas necessidades. Mesmo assim, o ensino na escola *Maurehi* caminha no sentido de revitalizar a identidade indígena a partir das aulas de artesanato e o estudo da sua língua. (PROFESSORA ENTREVISTADA C).

A educação indígena em Aruanã é “regular”, pois as crianças, de acordo com o cacique, não recebem uma educação de acordo com as necessidades. A Escola *Maurehi*, ainda que não ofereça um ensino condizente com as necessidades de seus alunos indígenas, contribui para a manutenção da sua cultura. (LIDERANÇA KARAJÁ)

Em relação a convivência do indígena e não indígena em Aruanã, fica evidente que o turismo traz não só impactos negativos socioculturais, como para o meio ambiente:

É tranquila, com movimentações constantes de moradores locais e turistas na aldeia. Mas, a prática predatória do meio ambiente quando exercem a pesca ilegal e a degradação das matas para construir acampamentos às margens dos rios é evidente para nós indígenas. (PROFESSOR ENTREVISTADO B)

Embora as informações obtidas na pesquisa tenham apresentado desencontros, ficou evidente que as opiniões representam pontos de vistas de acordo com as funções ocupadas pelos pesquisados. Ora idealizadas, ora realistas, as opiniões mostraram as duas faces de uma realidade: o contexto de contradições, conflitos, desigualdades socioeconômicas e diferenças culturais em Aruanã.

### **Considerações Finais**

A questão indígena fundamenta-se de modo positivo a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 onde são garantidos os direitos dos povos indígenas. Portanto, a educação no Brasil historicamente nunca foi prioridade do Estado, nem de políticas públicas adequadas para as diferentes culturas que vivem nesse país. Há uma homogeneidade na educação, autoritárias, não crítica e que não respeita as diferenças culturais.

Desse modo, em séculos de lutas, os povos indígenas vêm construindo debates, pedidos, e movimentos em defesa da Educação Escolar Indígenas em suas terras. Educação pensada, proposta, planejada, executada e gestada pelos indígenas, com autonomia e respeito. Nesse cenário há pequenos avanços, algumas escolas foram criadas em Terras Indígenas, porém aquém do necessário e apropriado.

Não há infraestrutura física adequada; espaços adequados; bebedouros; bibliotecas; museus; laboratórios; alimentação adequada; materiais didáticos, e tantas outras estruturas e necessidades, que poderiam contribuir para o processo de ensino aprendizagem. Sobretudo, é vergonhoso a forma com que o Estado trata os professores

indígenas, que na maioria são contratados e precarizados. Ausência de concurso para esses professores pode ser percebida em todo país.

Esses problemas foram também evidenciados na presente pesquisa realizada com o povo Karajá que vive no município de Aruanã . Além disso, enfrentam pressões históricas em seus territórios de atividades turísticas, que não inseriram os indígenas de forma adequada e a pecuária que assolam suas terras.

Ausência de investimentos e políticas públicas eficientes para a escola *Maurehi*, afasta os indígenas para escolas fora da aldeia onde tem melhores estruturas. É sabido que a educação indígena se caracteriza pelos processos tradicionais de aprendizagem de saberes e costumes. Estes conhecimentos são ensinados de forma oral no dia a dia, nos rituais, na confecção de artesanatos, nos mitos, na família, na escola e em outros espaços. Se não há estudantes indígenas na escola como ensinar e promover o fortalecimento sociocultural desse povo?

Desse modo, não adianta garantir uma educação adequada a realidade Karajá apenas no Projeto Político Pedagógico, mas, é necessário e urgente que o Estado ofereça condições das teorias se concretizarem na prática, já que isso é direito desse povo. Está mais que provado a importância da educação escolar indígena para o fortalecimento linguístico, identitário e sociocultural do povo *Iny*.

O PPP prevê que o direito a uma Educação Escolar Indígena caracterizada pela afirmação da identidade *Iny*, pela recuperação de sua memória histórica, pela valorização da língua materna e dos conhecimentos intraculturais e pela associação entre escola/comunidade/identidade, em conformidade com os projetos societários definidos autonomamente por cada comunidade é uma conquista que a escola deve promover. Portanto, para que isso se realize a escola sozinha não consegue é necessário políticas públicas sérias que dê condições mínimas para que a comunidade escolar indígena seja parte constituinte da cidade e tenha seus direitos garantidos.

## Referências

ATLAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Aruanã**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aruana/pesquisa/18/0>  
[https://www.imb.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=99:atlas-do-estado-de-goi%C3%A1s&catid=32&Itemid=179](https://www.imb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=99:atlas-do-estado-de-goi%C3%A1s&catid=32&Itemid=179)> Acesso em setembro de 2020.

CAT. Centro de Turismo de Aruanã. **Turismo**. 2019. Disponível: <https://www.aruana.go.gov.br/pagina/184-turismo>. Acesso em novembro de 2020.

IBGE. **Aruanã: história**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aruana/historico>. Acesso em abril de 2018.

IBGE. **Indígena. 2020**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em dezembro de 2020.

IBGE. **População Aruanã**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/aruana.html>. Acesso em novembro de 2020.

ISA. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em setembro de 2020.

LIMA, Sélvia Carneiro de. **Os Karajá de Aruanã-GO e os Tori: O Cerrado goiano em disputa**. Dissertação de mestrado. 174 f. Universidade Federal de Goiás, 2010.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. **O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico**. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 7, Nº 3, pp. 17-25, 2007.

PARECER CNE/CEB n.13/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Seção 1, p. 18.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. **Fenômeno do bilinguismo na sociedade Karajá e no processo escolar**. LIAMES 4- pp. 121-128, Primavera 2004.

PPP. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Indígena Maurehi**. Não publicado. Aruanã, 2016.

ROCHA, Leandro Mendes. **Aruanã-GO: identidades e fronteiras étnicas no Rio Araguaia**. Revista Mosaico, Vol. 1, Nº 2, pp. 123-132, 2008.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares**. São Paulo: Allprint, 2013.

SESAI. Secretaria de Saúde Indígena. Posto Local, cidade de Aruanã/Goiás, 2020.